

Trabalho e Educação: Análise dos Processos Institucionais

Eleni Lechinski

Resumo: Este artigo propõe-se a discutir as principais mudanças e desafios, que a Educação sofreu nos últimos tempos, principalmente a partir do início do século XX, com o desenvolvimento da economia global. Estes impactos, por um lado, apontam que a Educação é um dos instrumentos necessários ao progresso econômico dentro do mundo do trabalho, pois exerce papel fundamental na formação básica e profissional dos sujeitos. Nos países periféricos em crise, a Educação significa um dos melhores investimentos econômicos e sociais. Se for administrada de forma correta ou coerente é uma ação incisiva e radical no mercado de trabalho sob todas as suas formas de aplicação. Compreendidos os processos pedagógicos dentro do conjunto das relações sociais e produtivas, e em seu sentido estrito, como procedimentos educativos intencionais e institucionalizados através das diferentes formas e modalidades de ensinar e de investir, são eles, necessariamente, sempre objetos de análise dos interesses econômicos e políticos. Em face de seu caráter determinado/determinante das bases materiais de produção que caracterizam cada etapa do desenvolvimento de uma economia globalizada, é que se busca por meio dos processos pedagógicos capacitar o sujeito conforme necessidade do mercado de trabalho. Procedimentos metodológicos, revisão bibliográfica. Com base nesta análise, o artigo aponta as especificidades da Educação, dentro do mundo do trabalho e dos interesses políticos que circundam uma economia globalizada. Enfim, a Educação Básica e Profissional permitirá ao sujeito trabalhador acompanhar as transformações econômicas da sociedade, bem como oferecer mão de obra qualificada ao mercado de trabalho. Os princípios educativos exigem que o trabalhador conheça o básico da ciência contemporânea que fundamentam os novos processos sociais e produtivos. Exige também, que tenha novas atitudes e comportamentos perante a sociedade, apresentando uma nova ética de responsabilidade, de crítica e de criação, voltada para os interesses da economia global. A relação entre educação, trabalho e desenvolvimento do progresso econômico, é construído a partir de argumentos e de políticas educacionais, que visam o crescimento das economias globalizadas.

Palavras-chaves: Trabalho; Educação; Economia Globalizada e Políticas Públicas.

Introdução

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural¹

Pierre Bourdieu

A educação busca, desde os primeiros tempos de convivência coletiva, mecanismos de sobrevivências individuais ou em grupos. O processo educativo², em todas as épocas, tem em sua base a necessidade de buscar e de desenvolver mecanismos, que possibilitem melhorar a qualidade de vida, bem como garantir a continuidade das espécies. O homem, desde o início de seu processo de desenvolvimento biossocial, vivenciava e praticava uma educação de subsistência. Era mais uma espécie de treino para a obtenção de alimento, vestuário e abrigo. São situações impostas pelo cotidiano, que os obriga lutar por novas formas de sobrevivência e a manutenção da vida da em grupo. Nesse modelo de aprendizagem das antigas sociedades, não havia escolas nem método educacional.

No entanto, a educação/aprendizado nos remete a ideia de uma das formas mais eficazes de melhorar os instrumentos e as formas de sobrevivência humana. Portanto, a necessidade de um processo educacional informal ou talvez inconsciente, classifica-se, como alicerce da sociedade independente de período histórico.

As sociedades coletoras acumularam uma ampla bagagem de conhecimento. Os homens pré-históricos já distinguiam os tipos de animais e plantas a serem consumidos pelas comunidades. Novos instrumentos passaram a ser construídos e o trabalho de transformação das pedras ganhou maior sofisticação. As primeiras manifestações de conhecimento começaram a se desenvolver nesse período com a criação de técnicas de polimento da pedra lascada que os ajudaram na sobrevivência e numa qualidade de vida melhor.

As técnicas agrícolas desenvolvidas foram se tornando mais complexas. O domínio sobre os períodos de chuva e estiagem, as técnicas de irrigação e o invento do arado-semeador aumentaram significativamente a produção agrícola. Com isso, as populações aumentaram e as primeiras trocas comerciais começaram a surgir a partir dos excedentes gerados pelas melhores colheitas. Com isso, as primeiras diferenciações sócioeconômicas surgiam no interior dessas sociedades. Diante desse contexto fica evidente que há necessidade de aprimorar e estabelecer práticas pedagógicas, que venham ajudar na sobrevivência e no progresso das comunidades independente dos períodos. Vale lembrar que, a educação acontecia por meio da oralidade e do processo observatório. Esse método se estendeu por muitos milhares de séculos, inclusive presente em dias atuais em muitos grupos humanos espalhados pelo planeta.

A sociedade, dentro da sua magnitude de crescimento populacional, seguido de uma ideologia de progresso, determina suas necessidades de saberes. Aparecem nesse contexto as categorias de *saber* e de *ensinar*. Podemos defender que é a partir daí que a educação (ensino) vira necessidade e que deve ser uma mediadora dentro dos interesses sociais dos grupos.

Então é começo de quando a sociedade separa e aos poucos opõe o que se faz, o que se sabe com o se faz e o se faz com o que se sabe. Então é quando, entre outras categorias de especialidade sociais, aparecem as de saber e de ensinar. Este é o começo do momento em que a educação vira ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma, “todos” no educador.

A educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura ou a define. Portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria que é resultado das relações sociais que vão se moldando conforme necessidades, ao longo dos períodos de convivências.

Émile Durkheim (Educar para Crescer) mostrou a educação como fato social para uma sociedade orgânica e harmônica, entretanto, essa harmonia esconde um conflito, o qual uma elite rica e influente domina a educação para a formação de bons trabalhadores. A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver nos sujeitos estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto em que cada meio social particular determinam o ideal para o desenvolvimento do progresso.

Educação e os paradigmas da política social

A injustiça social não está representada apenas pelo sistema feudal da posse da terra, pela falta de equilíbrio na divisão de bens e pelo desequilíbrio na distribuição dos ônus fiscais, mas também pela desigualdade na repartição dos bens espirituais e intelectuais do ensino, da educação e da cultura.

Fernando de Azevedo
Verdades Amargas

A educação existe onde há pessoas, independente de valores culturais. Para os nativos, que viviam no Brasil antes dos europeus, qualquer espaço junto à natureza poderia ser uma sala de aula. A Oralidade era uma das principais ferramentas pedagógicas dos grupos. Segundo Carlos Rodrigues Brandão o homem por natureza desenvolveu hábitos de ensinar, pois talvez num primeiro momento dentro da convivência dos grupos humanos, isso se dava de forma irracional e não como uma prática pensada de sobrevivência da comunidade.

A natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto das quais damos o nome de educação. Como o homem a pratica, atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impede todas as espécies vivas à conservação e à propagação do seu tipo. É nela, porém, que essa força atinge o seu mais alto grau de intensidade, através do esforço consciente do conhecimento e da vontade, dirigida para a consecução de um fim. (BRANDÃO, 2004)

Percebemos que o homem, ao longo da sua trajetória, criou mecanismos de instruções educacionais. Essas técnicas de instruir pessoas apresentam-se diante das necessidades enfrentadas pelos grupos. Os milenares reinos africanos aos grupos indígenas da América, apresentam em seus propósitos conscientes ou inconscientes, capitalistas ou não à manutenção e à afirmação da sobrevivência dos grupos e dos valores culturais. Émile Durkheim³, um dos principais sociólogos da educação, explica isto da seguinte maneira:

Sob regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrativa indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, em inspetores especiais para a formação da juventude: esses papéis são desempenhados por todos os anciãos e pelo conjunto das gerações anteriores. (DURKHEIM, 1955).

A obrigação de instruir às novas gerações é de todos, não há apenas um responsável, ou seja, todos são mestres no compromisso de preparar os futuros mantenedores da continuidade da cultura. A educação instituída entre os diversos grupos humanos independe dos valores culturais, ou papéis sociais entre homens e mulheres aparece sempre estruturada daquilo que é defendido pelos ideais de sobrevivências e que, na maioria das vezes, é determinada pelos

interesses dos que dominam. Percebe-se que os fins da educação coincidem com os interesses comuns do grupo e se realizam igualmente em todos os membros da comunidade.

Ao discorrer a literatura percebe-se, que no Brasil não se seguiu o modelo de educação existente pelos nativos, pois esta tem suas bases políticas satisfazer às necessidades de ordem natural da comunidade, ou seja, buscar uma educação que propicie a subsistência dos membros. Esse modelo educacional chocava por completo os interesses dos sem-chegados em terras brasileiras durante o início do século XVI. A Europa buscava fora dos seus limites territoriais fortalecer os ideais do capitalismo. Portanto, a implantação de uma política educacional ao modelo europeu fazia-se necessário, já no início da colonização brasileira.

Pensar numa sociedade que usou de mecanismos “educacionais” para definir/moldar apenas seus interesses econômicos, é pensar também numa sociedade, que ao longo da sua estrutura funcional, foi construindo “muros” visíveis ou invisíveis, assim como relata Norbert Elias em sua obra *“A sociedade dos indivíduos”* em que discute as concepções de estrutura social que os mecanismos de poder determinam entre o sujeito e a sociedade.

Se tivéssemos que resumí-la na linguagem reificadora a que estamos acostumados, diríamos que é acima de tudo, uma forma específica de consciência moral, responsável pela sensação que temos de um muro invisível entre os mundos “interno” e “externo”, entre indivíduo e indivíduo, entre o “eu” e o “mundo”.⁴

Ou seja, a educação só é libertadora do sujeito na concepção crítica do próprio crítico, pois na sua prática, ela se apresenta como construtora dos grandes “muros” que existem na sociedade e que separa visível ou invisivelmente o sujeito da estrutura social. Porém, se direcionarmos um olhar crítico, percebemos que o sujeito participa, por meio da sua ação dos processos sociais, mas não usufrui de forma humana ou prazerosa de todo o sucesso. Nessa concepção relatada por Norbert Elias, fica claro duas classes sociais distintas uma da outra: os dominantes, que detêm o poder e o capital e que constroem os “muros”; e os dominados, que vivem a mercê das regras sociais impostas das quais passam boa parte da sua vida tentando decifrar os códigos das grandes construções murais do contexto social em que vivem.

Ordens religiosas: primeiros pedagogos ou primeiros missionários?

Os primeiros pedagogos responsáveis pela instrução do Brasil no início do século XVI foram os jesuítas, que eram compostos por grupos de religiosos chamados pela história de “Ordens Religiosas”. Dermeval Saviani, em sua obra *“História das ideias pedagógicas no Brasil”*, apresenta uma pesquisa bastante enriquecedora desse processo.

A colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas. Pode-se considerar que os primeiros evangelizadores do Brasil foram os franciscanos. Com efeito, o primeiro grupo de oito missionários franciscanos chegou ao Brasil na caravela de Pedro Álvares Cabral, estando, entre eles, frei Henrique de Coimbra, que celebrou a primeira missa na nova terra no dia 26 de abril de 1500. Esse grupo, porém, partiu na frota de Cabral em 2 de maio do mesmo ano em direção às Índias (SAVIANI, 2008. P. 39).

O mais conhecido e talvez o mais atuante foi o jovem José de Anchieta, nascido na Ilha de Tenerife e falecido na cidade de Reritiba, atual Anchieta, no litoral sul do Estado do Espírito Santo, em 1597. José de Anchieta tornou-se mestre do Colégio de Piratininga, foi missionário em São Vicente, onde escreveu na areia os “Poemas à Virgem Maria” (*De beata virgine Dei matre Maria*), missionário em Piratininga, Rio de Janeiro e Espírito Santo; Provincial da Companhia de Jesus de 1579 a 1586 e reitor do Colégio do Espírito Santo. Além disso, foi autor da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Ou seja, sua atuação nesse processo institucional, não passará despercebida pela pesquisa historiográfica da história da educação brasileira.

Educação: métodos pedagógicos e a tentativa de melhores resultados

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, o⁵ *Ratio atque Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*. Segundo Dermeval Saviani, esse método pedagógico é herança romana, mas que no caso da educação jesuítica, as práticas pedagógicas também foram influenciadas pelo método *O modus parisiensis*⁶ Sendo assim, os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras, estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia, estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina.

Segundo o padre Leonel Franca (1952, p. 5), os métodos pedagógicos implantados pelos jesuítas desempenharam papel importante no processo de ensino aprendizagem no Brasil. Isso levando em consideração os valores religiosos presentes em sua essência.

Com a descoberta, os índios ficaram à mercê dos interesses alienígenas: as cidades desejavam integrá-los ao processo colonizador; os jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus; os colonos estavam interessados em usá-los como escravos. Os jesuítas então pensaram em afastar os índios dos interesses dos colonizadores e criaram as reduções ou missões, no interior do território. Nestas Missões, os índios, além de passarem pelo processo de catequização, também são orientados ao trabalho agrícola, que garantiam aos jesuítas uma de suas fontes de renda. Vale lembrar que, desde o início da implantação dessas práticas educativas, foi ignorado o conhecimento já existente desses grupos.

A partir do processo de catequização os nativos são inseridos num cenário de aculturação brasileira, que atendia os interesses da metrópole portuguesa. Esses interesses estavam relacionados ao capitalismo europeu e aos dogmas do cristianismo.

Os pedagogos jesuítas foram os grandes mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. O legado que os jesuítas deixaram no Brasil dentro das questões educacionais são considerados até os dias atuais como o início da educação brasileira. No período (século XVIII) em que foram expulsos os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. Esses dados comprovam a importância desses representantes do catolicismo para a implantação da educação institucional no Brasil.

Com a expulsão dos jesuítas, a sociedade brasileira que ainda não tinha um modelo de educação diferente de outras regiões européias enfrentava nesse momento dificuldades diversas em reorganizar currículos pedagógicos que visassem uma educação voltada aos interesses sociais e econômicos do Estado. Para isso, precisava desintegrar os dogmas do cristianismo e implantar uma educação institucional voltada aos interesses sociais e econômicos que se faziam presentes na administração política do Brasil.

A partir daí, surgem métodos diferentes dos implantados pelos jesuítas, considerando-se o mais conhecido dos atualmente o trabalho de Dermeval Saivani em *“História das ideias*

pedagógicas no Brasil”, em que ele defende o método pedagógico Intuitivo, que na sua concepção engloba as ideias necessárias, para que ocorra o sucesso dos saberes que a sociedade e o sujeito necessitam.

O método intuitivo, conhecido como *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. Esses materiais, difundidos nas exposições universais, realizadas na segunda metade do século XIX com a participação de diversos países, entre eles o Brasil, compreendiam peças do mobiliário escolar; quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas, caixas com diferentes tipos de objetos como pedras, metais, madeira, louças, cerâmica, vidros; equipamentos de iluminação e aquecimento; alimentação e vestuário etc. Mas o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível. O mais famoso desses manuais foi o do americano Norman Allison Calkins, denominado *Primeiras lições de coisas*, cuja primeira edição data de 1861, sendo reformulado e ampliado em 1870. Foi traduzido por Rui Barbosa em 1881 e publicado no Brasil em 1886.

Segundo esse método, “o ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e à percepção do aluno. Desenvolvendo-se então, todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras”. (Reis Filho, 1995, p.68). Portanto, a construção do conhecimento ganhava a partir dessas ideias novos rumos e novos suportes pedagógicos na história. Assim, o processo evolutivo de todo fenômeno educacional passa ser questão defendida em seus currículos e em seus modelos, que buscam melhorar a “criticidade” e melhores resultados para todos, sem descartar os princípios dos bons costumes que regem a sociedade.

Grupos escolares e o domínio sobre as ações pedagógicas

No final do século XIX surge os grupos escolares. Cada grupo escolar era regido por um professor, que determinava quantos professores seriam necessários para cada escola. Sendo esse nomeado pelo Estado.

Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em nível ou estágio diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares. Cada grupo escolar tinha um diretor e quantas escolas tivessem sido reunidas para compô-lo. Na verdade essas escolas isoladas, vez reunidas, deram origem, no interior dos grupos escolares, às classes que, por sua vez, correspondiam às séries anuais. (SAVIANI, 2008).

No Estado de Santa Catarina as primeiras escolas⁷ são datadas em meados do século XVIII. Em 1750 funda-se o primeiro colégio da província de Santa Catarina. Essa escola foi resultado do Decreto do Marquês de Pombal, mas em 1759, os Jesuítas que eram responsáveis pela educação no Brasil, são expulsos e o Colégio fecha as portas. O fim das escolas jesuítas durante esse século dificultou qualquer tentativa de organização do ensino em Santa Catarina.

Em Santa Catarina, a educação institucional chegou a partir do século XVIII, pois o projeto de colonização do Sul do país chegou nesse período. Porém, os grupos escolares surgem em Lages, no início do século XX, cidade natal do então governador Vidal Ramos, que permitiu que o grupo, criado em 1911, levasse o seu nome.

Enfim, desde a implantação das primeiras ações de educação institucionais no Brasil, muitos modelos “programas de governos” se fizeram presentes em nossa sociedade. Se fosse estudado apenas uma década, perceberiasse que os currículos educacionais mudam com muita frequência. Não pretendemos aqui relacionar todas as mudanças que a educação sofreu, desde os jesuítas aos dias atuais. Queremos destacar as principais mudanças curriculares, pedagógicas e o perfil dos docentes e dos discentes, principalmente a partir do século XX. Fica claro na pesquisa que a educação sempre esteve a servido dos interesses do Estado.

Um breve relato da história de Joinville/SC

No dia 1º de maio de 1843, a princesa Dona Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I, casou-se com o príncipe de Joinville, cidade francesa do departamento de Haute-Marne, François Ferdinand, e recebeu como dote de casamento um pedaço de terra próximo à colônia de São Francisco, hoje a cidade de São Francisco do Sul. Em 1846, o engenheiro Jerônimo Coelho viajou ao local para fazer a demarcação das terras. Boa parte da História de Joinville pode ser constatada na obra de Carlos Ficker, “*História de Joinville – Crônica da Colônia Dona Francisca*”.

O “Jornal do Comércio”, de 29 de fevereiro de 1843, publicou as impressões de um viajante que visitou a colônia do Saí: “vi na colônia carpinteiro em lavrar a terra, curtidores em plantar, engenheiros a abrir valas, maquinistas a derrubar páus, finalmente fabricantes de máquinas de vapor rebocando paredes que nisso foi um tanto culpado o empresário, que ao princípio, devia mandar vir da França lavradores, para depois chamar artistas e maquinistas” (FICKER, 1965).

Havia, porém, uma movimentação de progresso, não só nos limites que correspondia ao dote do Príncipe Joinville, mas por diversas regiões que mais tarde foram anexadas ao município de Joinville

Em 1848, o rei da França, Luís Felipe, é destronado e seu filho, François, se refugia em Hamburgo. Ao começar a sofrer dificuldades financeiras, vende ao então dono da Sociedade Colonizadora Hamburguesa, o senador alemão Christian Mathias Schroeder, oito das 25 léguas recebidas como dote, que lança um projeto de povoação de parte desse território.

De acordo com o historiador Apolinário Ternes, o projeto inicia um ano antes da chegada da barca Colon que partia de Hamburgo em 1851, levando os primeiros imigrantes. No dia 9 de março do mesmo ano, a barca chega ao local e é fundada a Colônia Dona Francisca. A população é reforçada com a chegada da barca Emma & Louise, com 114 pessoas. Em 1852, foi decidido que, em homenagem ao príncipe François, a cidade passaria a se chamar Joinville.

Entre as décadas de 1950 e 1980, a cidade tornou-se essencialmente industrial, ficando conhecida como “Manchester Catarinense”, título esse que despertou interesses de migrantes em busca de uma qualidade de vida melhor. A maior quantidade de migrantes é do Estado do Paraná e interior do Estado de Santa Catarina. Pessoas que viviam na agricultura e migraram para essa cidade foram, atraídos por propagandas, mas principalmente para suprir a demanda de mão de obra nas fábricas joinvilense.

A cidade, a partir dessas décadas, experimentou um desenvolvimento econômico e populacional consideravelmente avantajado. Boa parte da fisionomia⁸ da atual cidade foi

moldada a partir dessa realidade. Indústrias, trânsito caótico, deficiências nos serviços públicos essenciais, revelam e a falta de trabalho qualificado e o quanto ela não estava preparada para o ritmo de crescimento que lhe foi imposto pelo progresso.

Em termos populacionais as taxas anuais desse período variam em torno de 7% ao ano, enquanto a média nacional era de cerca de 3,7% a.a.. Entre 1961 e 1972, a população salta de 70.687 para 126.559 habitantes. A década de 1970 apresentou assustadores 115% de crescimento populacional. Ao final da década de 1980 a população de Joinville já era de cerca de 387.000 habitantes. Esse aumento ocorre concomitantemente com o estabelecimento de várias indústrias, com maior destaque para as do ramo metal-mecânico, têxtil e plástico.

Sendo assim, era preciso implantar uma educação que não ferisse os interesses do Estado e nem do município, mas que mantivesse o povo crente e obediente às ordens sociais. Portanto, com tanta deficiência de conhecimento, a educação no Estado de Santa Catarina, praticamente reinicia no começo do século XIX. Dessa vez sem a intervenção das ordens religiosas. As ordens religiosas permaneceram somente em escolas de cunho religioso, que por sua vez não ignoravam por completo os interesses do estado. Temos muitas escolas em que sua administração é por religiosos, porém as mesmas obedecem aos currículos estabelecidos pelo MEC, o que diferencia das públicas e privadas (LAICAS) são os dogmas religiosos que são embutidos no cotidiano escolar.

Pensando na história e no desenvolvimento dessa cidade, queremos discutir como a educação institucional surgiu e foi implantada nesse município.

Apresentamos esses dados acima para chegarmos aos objetivos da pesquisa, que se propõem registrar e discutir um pouco a trajetória da educação no município de Joinville/SC, de forma que evidencie como a educação institucional ganhou terreno e se estabeleceu nessa cidade como ferramenta de instrumentalização do trabalho industrial.

Da década de 50 a 70, a cidade experimentou um avanço bastante considerável no crescimento populacional e desenvolvimento na indústria têxtil e metal-mecânica. Hoje, Joinville é referência no ramo industrial. É o segundo pólo industrial do país.

Na medida em que a cidade se desenvolvia economicamente a educação passava ser necessária no processo de instrução da população trabalhadora, porém as primeiras escolas públicas, até início da década de 70, só ofereciam ensino até a 4ª série.

Não podemos ignorar que essa cidade é um dos importantes pólos industriais do Estado de Santa Catarina, bem como do Brasil e que, por sua vez, está também inserida no contexto das políticas sociais e econômicas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de políticas educacionais para uma metrópole ainda em expansão econômica. Sendo assim, e com base nos princípios educacionais/pedagógicos do Estado de Santa Catarina, é que buscamos compreender como a educação foi pensada no sentido preparar/adequar a população às reais necessidades presentes do contexto social em que vivemos.

Joinville, no início do século XX, apresentava um cenário de modificações políticas, sociais e econômicas. A população da cidade precisava ser ajustada à realidade do período.

Considerações finais

Fica evidente que estamos vivendo uma era de profundas transformações, onde muitos setores estão sendo modificados significativamente e outros ainda estão por surgir. Estas transformações têm como alicerce em sua maioria, mas não em sua totalidade; a evolução cada vez mais veloz das tecnologias, além das criações a partir das partículas atômicas.

Certamente, os fatos que criam as condições necessárias para que ocorram estas profundas transformações na sociedade moderna estão estreitamente relacionados com as políticas e potencialidades educacionais de um país, ou seja, com a valorização da educação. Assim, enfrentamos uma dicotomia entre a necessidade/importância da educação para o progresso de uma nação e as reais atitudes que vêm sendo tomadas em defesa deste segmento que sempre foi considerado como estratégico por toda e qualquer nação. Mas, um fato bastante intrigante vem ocorrendo neste país: ao mesmo tempo em que se constitui como inquestionável a importância da educação, em especial da educação básica, estamos vivenciando condições precárias de ensino.

A crise educacional e a escassez de profissionais com formação adequada que atenda às demandas de atuação existentes no país. Todavia, o nível de ensino que mais vem sofrendo desvalorização é a Educação Básica, plataforma estrutural fundamental para o desenvolvimento de cidadãos emancipados cognitivamente e emocionalmente, e que quando munidos de bons princípios, conseqüentemente trazem progressos para a nação.

Em virtude da desvalorização desses profissionais e das precárias condições de trabalho, o que desmotiva ainda mais a escolha e o engajamento nesta profissão, principalmente pelos jovens. Assim, os cursos de licenciaturas, que são responsáveis pela formação de professores, acabam tendo uma procura aquém das necessidades existentes no país.

Ainda vale lembrar que o nível seguinte, caso do ensino superior, também sofrerá com a situação, pois estará recebendo cada vez mais alunos com defasagens de formação, o que demandará um tempo maior e um trabalho árduo para superar as deficiências de uma formação inicial inadequada. Portanto, devemos pensar e recriar um modelo educacional que privilegie a valorização dos profissionais da educação, bem como das suas condições de trabalho, e que eleve definitivamente a educação ao patamar premente da construção significativa da sociedade e da nação.

Enfim, torna-se imprescindível enfrentar o desafio de propor alternativas ao modelo de educação profissional vigente, calcado na noção de competências em suas concepções não-críticas, que enfrentem e dêem respostas à dinâmica e às transformações do mercado de trabalho, na perspectiva dos interesses dos protagonistas sociais: os trabalhadores. A ressignificação da noção de competências é, portanto, uma tarefa válida e urgente para todas as profissões inseridas no mundo do trabalho.

Referências Bibliográficas

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Educação, p. 27 – Carlos Rodrigues Brandão).

DURKHEIM Émile. *Educação e sociologia*. trad. Lourenço Filho. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955. pp. 25.56.

FICKER, Carlos, *História de Joinville, Crônica da colônia Dona Francisca*. 2ª edição, Joinville, 1965.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro, Agir.

OLIVEIRA, Mauricio, 1972. *História da Educação em Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2010 Paulo Freire.

REIS, Filho, Casemiro (1995). *A educação e ilusão liberal*. 2. Ed. Campinas, Autores Associados.

TERNES, Apolinário, *História de Joinville, uma abordagem crítica, Joinville*, 1981.

¹ Escritos de educação / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 9. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007. – (Ciências sociais da educação). p. 41.

² Pré-história: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A9-Hist%C3%B3ria> .

*Paleolítico: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paleol%C3%ADtico>.

*Neolítico: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Neol%C3%ADtico>.

*Idade dos metais: http://pt.wikipedia.org/wiki/Idade_dos_Metals.

³ Émile Durkheim, *Educação e sociologia*, trad. Lourenço Filho, Edições.

⁴ ELIAS, Norbert, 1897-1997. *A sociedade dos indivíduos* / Norbert Elias; organizado por Michael Schröter; Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 100.

⁵ *Ratio atque Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum* é um documento escrito por Inácio de Loyola, expressando sua visão do ensino do catolicismo, servindo como modelo nos processos educativos das épocas em que era utilizado. A Ratio surgiu com a necessidade de unificar o procedimento pedagógico dos jesuítas diante da explosão do número de colégios confiados à Companhia de Jesus, para a formação das elites nobres e expansão missionária. (http://dicionario.babylon.com/ratio_studiorum/)

⁶ O *modus parisiensis* é o conjunto de normas pedagógicas que caracterizavam o ensino parisiense e lhe conferiam uma personalidade única e original. De todos os modelos universitários disponíveis, o *modus parisiensis* era o que apresentava maior coerência, rigor e eficácia e aquele que mais valorizava a ordem, a rapidez e a disciplina da aprendizagem, leque de características que se adaptavam perfeitamente aos intentos normativos da docência Jesuíta.

⁷ OLIVEIRA, Mauricio, 1972. *História da Educação em Santa Catarina*. Florianópolis : Letras Brasileiras, 2010.

⁸ Para o conceito de fisionomia ver: BOLLE, Willi. *Fisionomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.